

**PORTARIA SERLA N° 567, de 07 de maio de 2007**

ESTABELECE CRITÉRIOS GERAIS E  
PROCEDIMENTOS TÉCNICOS E  
ADMINISTRATIVOS PARA CADASTRO,  
REQUERIMENTO E EMISSÃO DE OUTORGA  
DE DIREITO DE USO DE RECURSOS  
HÍDRICOS DE DOMÍNIO DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE RIOS E  
LAGOAS - SERLA, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Lei nº. 3.239, de 02 de agosto de 1999, que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos, definiu a outorga como um os instrumentos de gestão de recursos hídricos no Estado do Rio de Janeiro;

Considerando ser a SERLA o órgão gestor e executor da política estadual de recursos hídricos e a responsável pela preservação, conservação e controle dos corpos hídricos, superficiais e subterrâneos, de domínio do Estado do Rio de Janeiro, em consonância com a Lei nº. 650, de 11 de janeiro de 1983, com os Decretos nº. 15.159, de 24 de julho de 1990, nº. 2.330, de 08 de janeiro de 1979, bem como com a Lei nº. 4247, de 16 de dezembro de 2003;

Considerando ser imprescindível o estabelecimento de normas que orientem os processos administrativos, especialmente no caso aqueles referentes à outorga de direito de uso de recursos hídricos;

Considerando a necessidade de agilização e simplificação dos procedimentos para a outorga de direito de uso dos recursos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro;

Considerando as Leis nº. 9.433, de 08 de março de 1997, de abrangência federal, e nº. 3.239, de 02 de agosto de 1999, de cunho estadual, as quais instituíram as respectivas Políticas de Recursos Hídricos e estabeleceram a outorga de direito de uso, seu cadastro de usuários e a cobrança pelo uso dos recursos hídricos como instrumentos destas citadas Políticas;

Considerando ser fundamento da Política Nacional de Recursos Hídricos a gestão das águas na perspectiva da bacia hidrográfica, e ser sua diretriz geral de ação a articulação da União com os Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum, na forma dos artigos 1º e 4º da Lei nº. 9.433, de 8 de janeiro de 1997;

Considerando o crescente número de solicitações de outorga em tramitação na SERLA desde a aprovação da Lei nº. 4247, de 16 de dezembro de 2003, e a necessidade de agilização dos procedimentos de outorga diante da preocupação dos usuários em garantir a disponibilidade de água em razão de sua limitação;

RESOLVE:

## Capítulo I

### Disposições Preliminares

Art. 1º - A presente Portaria visa estabelecer os procedimentos técnicos e administrativos para fins de outorga de direito de uso dos recursos hídricos, bem como a sua renovação, alteração, transferência, desistência, suspensão e revogação em corpos d'água sob domínio do Estado do Rio de Janeiro, nos termos da legislação pertinente.

Parágrafo único – Esta portaria adaptar-se-á no que couber aos critérios gerais para outorga de direito de uso da água que vierem a ser estabelecidos pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos conforme estabelecido pelo inciso XII do artigo 2º do Decreto nº. 27.208, de 02 de outubro de 2000.

Art. 2º - Para fins desta portaria:

I- O Estado do Rio de Janeiro será denominado simplesmente Estado;

II-- A Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas será denominada simplesmente SERLA;

III- As bacias hidrográficas serão denominadas simplesmente Bacias;

IV- Os usos de recursos hídricos no estado serão designados simplesmente usos;

V- Os usuários de recursos hídricos serão denominados simplesmente usuários;

VI- O Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos será denominado simplesmente CNARH;

VII- A informação voluntária, prestada pelo usuário de água ao CNARH será denominada simplesmente cadastramento;

VIII- A correção dos dados de uso da água disponíveis nos bancos de dados do Cadastro Estadual de Usuários de Água - CEUA e do GESTIN e nas portarias de outorga de direito de uso já emitidas pela SERLA e transferidos para o CNARH será denominada simplesmente retificação;

IX- A confirmação dos dados de uso da água disponíveis no banco de dados do Cadastro Estadual de Usuários de Água - CEUA e do GESTIN e nas portarias de outorga de direito de uso já emitidas pela SERLA e transferidos para o CNARH será denominada simplesmente ratificação;

X- A outorga de direito de uso da água será denominada simplesmente outorga;

XI- A cobrança pelo uso da água será denominada simplesmente cobrança.

## Capítulo II

### Competências

Art. 3o. – Compete a SERLA, órgão gestor de recursos hídricos do Estado do Rio de Janeiro, a emissão de outorgas de direito de uso de água de domínio do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo primeiro – Definem-se como águas de domínio do Estado do Rio de Janeiro as águas superficiais e subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, nesse caso, as decorrentes de obras da União, de corpos hídricos situados integralmente nos limites do Estado.

Parágrafo segundo – A outorga será efetivada por meio de portaria específica da SERLA, assinada por seu presidente ou substituto designado e publicada, na forma de extrato, no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo terceiro – No caso de usuários com processos de licenciamento ambiental na FEEMA, deverá ser observado o disposto na Portaria Conjunta FEEMA, SERLA e IEF, de 24 de abril de 2007.

Art. 4º– Compete a SERLA a constituição de cadastro de usuários de água de domínio do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único – A SERLA manterá permanente articulação com a ANA com a finalidade de constituir e manter o cadastro unificado de usuários de água que comporte informações sobre a totalidade dos usuários cujas atividades se situem nos limites do Estado do Rio de Janeiro, independente da dominialidade do(s) seu(s) uso(s)

### Capítulo III Finalidade de Uso dos Recursos Hídricos

Art. 5º – Para fins de cadastramento e outorga define-se como finalidades de uso de recursos hídricos:

I - Saneamento: para abastecimento público e para esgotamento sanitário. Enquadra-se nesta finalidade o atendimento das necessidades de higiene e saúde pública para núcleos populacionais, usos em empreendimentos comerciais e de prestação de serviços e uso sanitário em estabelecimentos industriais;

II – Uso Agrícola: para atendimento à demanda de cultivos agrícolas;

III - Uso Industrial: para matéria prima de produção ou insumo de processo produtivo, bem como para resfriamento de ambiente, materiais e equipamentos, combate a incêndios, e também o uso da água em usinas termelétricas e nucleares e outros;

IV - Aquicultura: para criação de peixes e demais espécies aquáticas, utilizando-se tanques, viveiros, açudes ou o próprio corpo d'água;

V - Criação de Animais: para atividades relacionadas à pecuária;

VI - Geração de Energia Elétrica: para aproveitamento do potencial hidráulico em usinas hidrelétricas;

VII - Mineração: para qualquer processo de mineração, nas etapas previstas no Código de Mineração;

VIII - Recreação, Esporte, Turismo e Paisagismo: para atividades de lazer aquático, recreação, esporte, turismo, paisagismo e outros;

IX – Navegação – para embarcações de transporte de passageiros, materiais e cargas;

X - Outros Usos - para atividades e intervenções que não se enquadram nas anteriormente discriminadas.

### Capítulo IV Cadastro de Usuários

Art. 6º – Todos os usuários de recursos hídricos, superficial e subterrâneo, de domínio do Estado do Rio de Janeiro, cadastrados ou não no CEUA ou no GESTIN, deverão cadastrar-se no CNARH.

Parágrafo primeiro - O cadastramento será realizado mediante preenchimento de formulário eletrônico próprio do CNARH, disponível na Internet no endereço <http://www.serla.rj.gov.br>.

Parágrafo segundo – Os usuários que não tiverem acesso à Internet deverão comparecer à SERLA, situada no Campo de São Cristóvão, nº. 138, 3º andar, sala 315, bairro São Cristóvão, Rio de Janeiro, ou a qualquer uma das suas agências regionais indicadas no Anexo 1, para a realização do seu cadastro eletrônico.

### Capítulo V Outorga de Direito de Uso da Água

Art. 7º - A outorga é o ato administrativo de autorização mediante o qual a autoridade outorgante faculta ao outorgado o direito de uso dos recursos hídricos superficiais e

subterrâneos de domínio do Estado do Rio de Janeiro, por prazo determinado, nos termos e nas condições expressas no respectivo ato.

Parágrafo único – o ato administrativo disposto no caput deste artigo representa mero direito de uso, não implicando em alienação total ou parcial das águas, por tratar-se de bem inalienável.

Art. 8º - A outorga de direito de uso dos recursos hídricos tem por objetivo disciplinar, assegurar, harmonizar e controlar os usos da água, garantindo a todos os usuários o acesso à água de forma compatível com os usos múltiplos, a preservação dos ecossistemas e a proteção contra os efeitos da superexploração, rebaixamento do nível piezométrico e contaminação dos aquíferos.

Parágrafo único - O ato administrativo de outorga não exime o outorgado do cumprimento da legislação ambiental pertinente ou das exigências de outros órgãos e entidades competentes.

Art. 9º - A outorga de direito de uso dos recursos hídricos será conferida em conformidade com os respectivos Planos de Bacia, quando existentes, e estará condicionada à disponibilidade hídrica e ao regime de racionamento.

Art. 10º - Para fins de cálculo de disponibilidade hídrica será utilizada a vazão de referência “Q7,10”, definida como a vazão mínima de 7 dias de duração e 10 anos de tempo de retorno, sendo a vazão ambiental mínima a ser mantida no corpo hídrico definida como 50% da Q7,10.

Art. 11º – Todos os usuários cadastrados que não estejam outorgados deverão requerer outorga junto a SERLA, excetuando-se os usos insignificantes e o aproveitamento de água mineral.

Art. 12º - Estão sujeitos à outorga os seguintes usos:

- I - Derivação ou captação de parcela de água existente em um corpo d'água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo;
- II - Extração de água de aquíferos subterrâneos para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo;
- III - Lançamento em corpo d'água de efluentes e demais resíduos líquidos ou gasosos, com o fim de diluição, transporte ou disposição final em corpos d'água;
- IV - Uso de recursos hídricos com fins de aproveitamento de potenciais hidrelétricos;
- V - Outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.

Parágrafo único - Quando a outorga abranger direito de uso múltiplo e/ou integrado de recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, o outorgado ficará responsável pela observância concomitante das condições estabelecidas para todos os usos outorgados.

Art. 13º - Independem de outorga:

- I - O uso de recursos hídricos para satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural;
- II - As derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes, tanto no ponto de vista de vazão como de carga poluente;
- III - As acumulações de volumes de água consideradas insignificantes.

Parágrafo primeiro - Poderão ser objeto de outorga os usos dos recursos hídricos elencados acima quando ocorrerem em bacias hidrográficas consideradas críticas do ponto de vista de disponibilidade ou qualidade hídrica ou quando o somatório dos usos

citados nos itens I, II ou III representarem percentual elevado de consumo em relação a vazão do respectivo corpo d'água.

Parágrafo segundo – O uso de um mesmo usuário com vários pontos de captação num mesmo corpo d'água corresponderá ao somatório de suas captações.

Art. 14º - Na ausência de disposição específica do respectivo comitê de bacia, serão considerados os seguintes limites para usos insignificantes:

Parágrafo primeiro - Captações de águas superficiais com vazão inferior a 0,4 litros por segundo e volume máximo diário de 34.560 litros;

Parágrafo segundo - Extração de água subterrânea com vazão inferior a 0,4 litros por segundo e volume máximo diário de 5.000 litros.

Parágrafo terceiro - Os usos de água para geração de energia elétrica em pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), com potência instalada de até 1MW (um megawatt).

Art. 15º - Os usos insignificantes ficarão isentos de outorga e cobrança, mas deverão ser cadastrados no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH.

Art. 16º - Os usos insignificantes, assim classificados pela SERLA com base nos dados do cadastramento do usuário, serão objetos de Declaração assinada pelo Presidente da SERLA e publicada no Boletim de Serviço desta Fundação.

Art. 17º - Outros usos da água que independam de outorga, como aproveitamento de água mineral, deverão ser apenas cadastrados no CNARH, procedendo-se à atualização de informações sempre que houver alteração no uso cadastrado.

## Capítulo VI Critérios para Outorga

Art. 18º - A SERLA, na análise do pedido de outorga, levará em consideração os seguintes critérios:

I - Para as águas superficiais:

- a) O balanço hídrico quantitativo na bacia hidrográfica onde se situa a captação;
- b) O cálculo da vazão de referência (Q7,10), a partir de estudos de regionalização disponíveis, contemplando a análise estatística de séries históricas de vazão do curso d'água em causa, quando estas existirem;
- c) A vazão máxima outorgável correspondente a 50% da Q7,10 do curso de água junto à seção de interesse para todos os casos, inclusive abastecimento humano.

II - Para as águas subterrâneas:

- a) Os aspectos quantitativos da vazão de extração nos locais indicados para exploração;
- b) A possibilidade de ocorrer interferência com poços tubulares de outros usuários vizinhos, em raio de 2 km, aproximadamente, ou com outros corpos hídricos existentes nas imediações da extração;
- c) A vazão máxima sustentável de um poço tubular, isto é, a vazão de extração que não provoque a superexploração, considerando a possibilidade de afetar os demais usuários de água subterrânea por área ou micro-bacia e a recarga do aquífero.

III - Para o lançamento de efluentes:

- a) A qualidade dos efluentes lançados e as vazões de diluição requeridas nos trechos dos corpos hídricos afetados pelos lançamentos;
- b) A localização, através das coordenadas geográficas, dos locais de lançamento, observando-se, quando couber, o lançamento a montante do local de captação;
- c) A proteção das áreas de recarga de água subterrânea e das nascentes.

Parágrafo único – Em regiões servidas por rede de abastecimento público, o usuário deverá observar o disposto no Decreto nº. 40.156, de 17 de outubro de 2006, e na Portaria SERLA nº. 555, de 1º de fevereiro de 2007.

## Capítulo VII

### Procedimentos Necessários para Obtenção de Declaração de Uso Insignificante

Art. 19º – A SERLA emitirá a Declaração de Uso Insignificante com base nos dados informados pelo usuário no CNARH, ficando o usuário sujeito a posterior fiscalização e apresentação dos documentos comprobatórios.

Art. 20º – Os limites de Uso Insignificante encontram-se elencados no Art. 15, sendo dispensada a solicitação de outorga e a cobrança pelo uso da água.

Art. 21º – O usuário deverá proceder aos seguintes passos para obtenção de declaração de Uso Insignificante:

1º- Preencher a Declaração do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH, disponível na Internet no endereço <http://www.serla.rj.gov.br>.

2º- Pagar a taxa de abertura de processo ao retirar o Ofício de Declaração de Uso Insignificante na Agência Regional ou na sede da SERLA;

## Capítulo VIII

### Procedimentos Necessários para Obtenção de Outorga de Direito Uso de Recursos Hídricos

Art. 22º – A SERLA emitirá a portaria de Outorga de Direito de Uso da Água com base nos dados informados pelo usuário no CNARH e nos documentos legais e técnicos anexados ao processo, ficando o usuário sujeito a posterior fiscalização.

Parágrafo único – No caso do usuário com processo de licenciamento ambiental na FEEMA, deve ser observado o disposto na Portaria Conjunta FEEMA, SERLA e IEF, de 24 de abril de 2007.

Art. 23º - O usuário deverá proceder aos seguintes passos para abertura de processo de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

1º Preencher o CNARH (Cadastro Nacional de Recursos Hídricos) disponível na Internet no endereço [http://www.serla.rj.gov.br/cadastro/c\\_usuario.asp](http://www.serla.rj.gov.br/cadastro/c_usuario.asp);

2º Preencher o Requerimento de Solicitação de Outorga, disponível na Internet no endereço <http://www.serla.rj.gov.br/recursos/outorga.asp>;

3º Apresentar cópias da seguinte Documentação Básica (necessária para Outorga para qualquer tipo de uso)

a) Requerente Pessoa Física: CPF, Identidade.

b) Requerente Pessoa Jurídica: CNPJ, Contrato Social com as últimas alterações, Estatuto da Empresa e Atas, Identidade e CPF do Representante Legal.

c) Título de Propriedade do terreno, de posse ou similar.

d) Tratando-se de representação através de procurador, deverá ser juntada a procuração com firma reconhecida específica por tipo de uso, Identidade e CPF do procurador;

4º Fazer cópias da seguinte Documentação Técnica Específica para cada tipo de uso:  
Captação de Água Superficial

a)-Mapa na escala 1:50.000, do IBGE, com localização geográfica ou UTM do(s) ponto(s) característico(s), incluindo nome do corpo hídrico, objeto do pedido de outorga, e da bacia hidrográfica;

b)-Estudo hidrológico de regularização do regime hídrico, no caso de modificação do

regime fluvial, construção de barramento e/ou desvio de rios, apresentar acompanhado da ART do CREA;

c)-Fotografia do local de captação com equipamento de medição instalado no caso de empreendimento implantado ou em fase de implantação;

d)-Planta do Sistema de Captação;

e)-Cópia de Licença Ambiental emitida pelo órgão ambiental do Estado, quando couber.

#### Extração de Água Subterrânea

a) Mapa na escala 1:50.000, do IBGE, com localização através de Coordenadas Geográficas ou UTM do(s) poço(s);

b) Mapa Geológico executado pelo Departamento de Recursos Minerais do Estado (DRM), na escala 1:50.000, com localização do(s) poço(s) representando as Unidades Geológicas relacionadas ao(s) poço(s), suas convenções, bem como as Coordenadas Geológicas ou UTM's do(s) poço(s);

c) Croquis de localização do(s) poço(s) no terreno;

d) Ficha de cadastro do poço, disponível na Internet no endereço

<http://www.serla.rj.gov.br/recursos/outorga>: apresentar sempre que existente, para poços já perfurados sem autorização prévia, sendo obrigatório à apresentação para novos poços, juntando um croquis ou desenho esquemático do poço;

e) Anotação de Responsabilidade Técnica com a descrição dos serviços e respectivas Coordenadas Geográficas;

f) Comprovante de pagamento da ART no CREA-RJ;

g) Cópia da cédula de identidade do CREA-RJ;

h) Análise Físico Química e Bacteriológica;

h1) Relatório de Análise Físico Química e Bacteriológica Completo, disponível na Internet no endereço <http://www.serla.rj.gov.br/recursos/outorga>, atendendo todas as exigências da Portaria nº 518/GM de 25/03/2004 do Ministério de Saúde: obrigatório quando o uso se destina ao consumo humano;

h2) Relatório de Análise Físico Química e Bacteriológica Simplificado, disponível na Internet no endereço <http://www.serla.rj.gov.br/recursos/outorga>: para os demais usos, sendo que análises adicionais poderão ser solicitadas em função das condições hidrogeológicas do entorno após análise pelo corpo técnico da SERLA;

i) Teste de Bombeamento, disponível na Internet no endereço

<http://www.serla.rj.gov.br/recursos/outorga>: obrigatório para todos os casos com a justificativa da sustentabilidade de exploração do aquífero, tendo por base os testes de bombeamento de campo e seus respectivos gráficos. Atender todas as exigências técnicas da NBR 12.212 e 12.244;

j) Fotos dos barriletes de Controle Operacional para os poços a serem outorgados: obrigatório para todos os usuários que solicitam a outorga.

#### Lançamento de Efluentes

a)-Mapa na escala 1:50.000, do IBGE, com localização geográfica ou UTM do(s) ponto(s) característico(s), incluindo nome do corpo hídrico, objeto do pedido de outorga, e da bacia hidrográfica;

b)-Fotografia do local de lançamento;

c)-Planta do Sistema de Lançamento;

d)-Cópia de Licença Ambiental emitida pelo órgão ambiental do Estado, quando couber;

5º Apresentar a documentação (cópia da Declaração do CNARH, requerimento de outorga e os documentos básicos e específicos solicitados nos itens anteriores) na Agência Regional mais próxima (ver endereços no requerimento de outorga) ou na Divisão de Outorga da SERLA, localizada no Campo de São Cristóvão nº 138, sala 202 para verificação da documentação exigida. Estes documentos serão autuados,

originando um processo, no caso de o usuário ter cumprido as exigências, na íntegra;  
6º Pagar taxa de abertura de processo na Agência Regional ou na sede da SERLA, na Tesouraria, sala 312, e anexar uma cópia ao processo;  
7º Abrir processo de Demarcação de Faixa Marginal de Proteção junto à Divisão de FMP, localizada no Campo de São Cristóvão nº 138, sala 315-B ou na própria Agência Regional, que tramitará paralelamente com o processo de outorga. Tratando-se de água superficial e/ou lançamento de efluentes, o processo, após a demarcação da Faixa Marginal de Proteção, será encaminhado à Diretoria de Apoio Técnico para análise do Sistema de Captação e/ou Lançamento de Efluentes, e anexar uma cópia ao processo;

## Capítulo IX Documento de Outorga

Art. 24º - Do ato administrativo de outorga deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

- I - Identificação do outorgado;
- II - Localização geográfica (latitude e longitude) e hidrográfica (corpo d'água, bacia) e gerencial (Regiões Hidrográficas);
- III - Finalidade do uso da água;
- IV - Vazões máxima instantânea e média, bem como sua distribuição temporal;
- V - Prazo de validade;
- VI - Obrigação de recolher os valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nos termos a serem definidos por regulamento próprio;
- VII - Obrigação de instalar e manter em funcionamento equipamentos de medição para monitoramento contínuo das vazões captadas e lançadas a ser disponibilizadas sempre que for solicitado pela SERLA;
- VIII - Obrigação de adaptar suas atividades e obras ao Plano de Bacia Hidrográfica superveniente;
- IX - Cláusula condicionando a eficácia da outorga de direito de uso à:
  - a) Aprovação da SERLA do projeto básico de engenharia para captação, ou derivação de água, lançamento de efluentes e das demais medidas que venham a ser necessárias ao uso pretendido, bem como a demarcação da Faixa Marginal de Proteção;
  - b) Obtenção, junto ao órgão ambiental competente, da Licença Ambiental quando for o caso;
  - c) Comprovação da instalação de dispositivo e equipamento de medição de vazão, preceituada no item VII deste artigo;
  - d) Observação do Decreto 40.156, de 17 de outubro de 2006, e da Portaria SERLA 555, de 1º de fevereiro de 2007, nos casos de consumo/higiene humana e para comercialização, quando a área em questão for atendida por empresa pública de abastecimento;
  - e) Manutenção de vazão suficiente no estirão de jusante, no caso de barragem de curso d'água, visando a proteção da biota aquática e outros usos imediatos à seção de controle.

Parágrafo primeiro - Os pedidos de outorga poderão ser indeferidos em função do não cumprimento das exigências técnicas ou legais ou do interesse público, mediante decisão devidamente fundamentada, devendo ser publicada na forma de extrato no Diário Oficial do Estado.

## Capítulo X Prazos de Outorga



Art. 25º - A outorga de direito de uso dos recursos hídricos terá o prazo máximo de vigência de trinta e cinco anos, contados da data da publicação do respectivo ato administrativo, respeitados os seguintes limites de prazo:

I - até três anos, para início da implantação do empreendimento objeto da outorga;

II - até seis anos, para conclusão da implantação do empreendimento projetado.

Parágrafo primeiro - O prazo de que trata o caput poderá ser alterado pela SERLA, respeitando-se as prioridades estabelecidas nos Planos de Bacia Hidrográfica.

Parágrafo segundo - Os prazos de vigência das outorgas de direito de uso dos recursos hídricos serão fixados em função da natureza, finalidade e porte do empreendimento, levando-se em consideração, quando for o caso, o período de retorno do investimento.

Parágrafo terceiro - Os prazos a que se referem os incisos I e II deste artigo poderão ser ampliados quando o porte e a importância social e econômica do empreendimento o justificar, ouvido o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Parágrafo quarto - Caso cesse o uso outorgado da água, fica o usuário obrigado a dar conhecimento a SERLA no prazo máximo de três meses, sujeitando-se, caso contrário, às penalidades previstas no Art. 65 da Lei nº 3.239 e demais instrumentos legais pertinentes.

## Capítulo XI Transferência de Outorga

Art.26º - A transferência da outorga a terceiros deverá conservar as mesmas características e condições da outorga original e poderá ser feita total ou parcialmente, quando aprovada pela SERLA, e será objeto de novo ato administrativo indicando o(s) novo(s) titular(es).

Parágrafo Único - A transferência da outorga não isenta o cedente de responder por eventuais infrações cometidas durante o prazo em que exerceu o direito de uso do recurso hídrico.

## Capítulo XII Alteração da Outorga

Art. 27º - A alteração das condições da outorga de direito de uso dos recursos hídricos poderá ocorrer a pedido do usuário ou em função do interesse público nas seguintes hipóteses:

I - existência de conflito com as normas supervenientes;

II - quando for necessária a adequação ao Plano de Bacia Hidrográfica;

III – mudanças nas características do empreendimento ou atividade que acarretem aumento ou redução das vazões outorgadas, bem como alterações na qualidade do efluente lançado no corpo d'água;

IV - superveniência de caso fortuito ou força maior.

Parágrafo Único - A alteração das condições de outorga de que trata o inciso III deste artigo somente será atendida se estiver em conformidade com as normas, critérios e prioridades vigentes e considerado o respectivo Plano de Bacia Hidrográfica, quando existente.

## Capítulo XIII Renovação das Outorgas

Art. 28º - O outorgado interessado em renovar a outorga deverá apresentar requerimento a SERLA com antecedência mínima de noventa dias da data de término

da outorga.

Parágrafo primeiro - O pedido de renovação somente será atendido se o uso objeto da outorga estiver em conformidade com as normas, critérios e prioridades vigentes à época da renovação e considerando o respectivo Plano de Bacia Hidrográfica, quando existente.

Parágrafo segundo – Caso a SERLA não houver se manifestado expressamente a respeito do pedido de renovação até a data de término da outorga, fica esta automaticamente prorrogada até que ocorra deferimento ou indeferimento do referido pedido.

Parágrafo terceiro - A renovação de outorga será efetivada mediante ato administrativo e somente se aplicará às atividades e empreendimentos nos quais seja mantida a mesma finalidade de uso.

#### Capítulo XIV

##### Consulta Prévia

Art. 29º - Qualquer pessoa física ou jurídica poderá efetuar consulta prévia à SERLA quanto à disponibilidade hídrica de um corpo hídrico em uma determinada seção.

Parágrafo único - A consulta prévia se destina, exclusivamente, ao conhecimento pelo requerente da vazão passível de outorga, possibilitando o planejamento de empreendimentos que necessitem desses recursos.

#### Capítulo XV

##### Declaração de Reserva de Água

Art. 30º - A SERLA, mediante requerimento do usuário, poderá emitir declaração de reserva de água para usos em futuros empreendimentos ou atividades, observado o disposto no art. 23 da Lei nº. 3.239, de 02 de agosto de 1999.

Parágrafo primeiro - A solicitação de reserva de água será feita pelo requerente em formulário próprio disponibilizado pela SERLA.

Parágrafo segundo - A reserva da vazão requerida, existindo disponibilidade hídrica, poderá ser autorizada pelo Presidente da SERLA, mediante ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo terceiro - A declaração de reserva de água não confere direito de uso dos recursos hídricos e se destina a reservar a vazão passível de outorga, possibilitando o planejamento de atividades que necessitem desses recursos.

Parágrafo quarto - No caso de geração de energia hidrelétrica, a declaração de reserva de disponibilidade hídrica pela SERLA deverá ser obtida previamente pela ANEEL, para fins de licitação de concessão ou autorização de uso de potencial de energia hidráulica em corpo d'água de domínio estadual, conforme parágrafo 1º e 2º do artigo 7º, da Lei 9984 de 17 de julho de 2000.

Parágrafo quinto - A análise técnica a ser efetuada pela SERLA obedecerá aos mesmos requisitos e etapas, exigidos para o pedido de outorga.

Parágrafo sexto - O prazo de validade da declaração de reserva de água será fixado levando-se em conta a complexidade do planejamento do empreendimento, limitando-se ao máximo de três anos, findo o qual a reserva será cancelada.

## Capítulo XVI

### Suspensão e Extinção das Outorgas

Art. 31º - A outorga de uso dos recursos hídricos poderá ser suspensa, parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, sem qualquer direito de indenização ao usuário, nas seguintes circunstâncias:

I - não cumprimento pelo outorgado dos termos da outorga;

II - ausência de uso por três anos consecutivos;

III - necessidade premente de água para atender a situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas;

IV - necessidade de se prevenir ou reverter significativa degradação ambiental;

V - necessidade de se atender a usos prioritários de interesse coletivo para os quais não se disponha de fontes alternativas;

VI - necessidade de serem mantidas as condições de navegabilidade do corpo d'água;

VII comprometimento do ecossistema aquático ou do aquífero.

Parágrafo primeiro - A suspensão da outorga só poderá ser efetivada mediante estudos técnicos que comprovem a necessidade do ato.

Parágrafo segundo - A suspensão de outorga de uso dos recursos hídricos, prevista neste artigo, implica automaticamente no corte ou na redução dos usos outorgados.

Art. 32º - A outorga de direito de uso dos recursos hídricos extingue-se, sem qualquer direito de indenização ao usuário, nas seguintes circunstâncias:

I - morte do usuário - pessoa física;

II - liquidação judicial ou extrajudicial do usuário - pessoa jurídica, e

III - término do prazo de validade de outorga, sem que tenha havido tempestivo pedido de renovação.

Parágrafo Único - No caso do inciso I deste artigo, os herdeiros ou inventariante do usuário outorgado, se interessados em prosseguir com a utilização da outorga, deverão solicitar em até cento e oitenta dias da data do óbito, a retificação do ato administrativo da portaria, que manterá seu prazo e condições originais, quando da definição do(s) legítimo(s) herdeiro(s), sendo emitida nova portaria, em nome deste(s).

## Capítulo XVII

### Disponibilização do Direito de Uso

Art. 33º - O outorgado poderá disponibilizar a SERLA, a critério desta, temporariamente, vazão parcial ou total de seu direito de uso, devendo o outorgante dar publicidade do mesmo no Diário Oficial do Estado.

## Capítulo XVIII

### Obrigações e Responsabilidades do Usuário

Art. 34º - São de responsabilidade exclusiva de todo e qualquer usuário os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, em decorrência de uso dos recursos hídricos em não conformidade com os termos da outorga e da legislação vigente e, ainda, por condições inadequadas de manutenção, operação e/ou funcionamento de obras hidráulicas e instalações que interfiram no corpo d'água.

Art. 35º - O outorgado deverá implantar e manter o monitoramento das vazões, captadas e lançadas, em termos quantitativos e qualitativos, encaminhando à SERLA o relatório com os dados observados ou medidos, na forma preconizada no ato da

outorga.  
Capítulo XIX  
Fiscalização

Art. 36º - Compete a SERLA, nos termos que lhe faculta a Lei no. 650/1983 e, no que couber, o Decreto nº. 2.330/1979, a fiscalização para o cumprimento das disposições legais referentes à outorga de direito do uso dos recursos hídricos.

Parágrafo primeiro - No exercício da ação fiscalizadora de que trata o caput deste artigo, ficam asseguradas a SERLA a entrada e a permanência, pelo tempo que se tornar necessário, em estabelecimentos públicos e privados, com o objetivo de verificar o cumprimento dos termos e condições estabelecidos no ato de outorga.

Parágrafo segundo - Qualquer pessoa que constate a ocorrência de fato que possa se caracterizar como possível infração ao disposto nesta portaria e nas demais legislações pertinentes, poderá comunicá-lo a SERLA, para apuração.

Capítulo XX  
Infrações e Penalidades

Art. 37º - O não cumprimento das disposições legais relativas ao uso dos recursos hídricos e aos preceitos desta Portaria sujeitará o infrator às penalidades previstas no Artigo 65 da Lei nº. 3.239, de 02 de agosto de 1999, e em legislação correlata.

Parágrafo primeiro - Os outorgados devem cumprir todas as condições estabelecidas nos atos de outorga, ficando sujeitos às sanções cabíveis pelo não cumprimento das mesmas e responsáveis pelos eventuais prejuízos causados a terceiros, conforme Portaria a ser regulamentada.

Parágrafo segundo - Caso a fiscalização verifique inexatidão na documentação apresentada pelo requerente ou pelo outorgado, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no caput deste artigo, não o eximindo de apresentar a documentação requerida.

Art. 38º - O não cumprimento das disposições contidas nesta Portaria acarretará aos infratores as sanções previstas na Lei nº. 3.239/99 e legislação correlata.

Capítulo XXI  
Disposições Finais e Transitórias

Art. 39º - Na hipótese de solicitação de outorga, tendo por objeto curso d'água de domínio estadual, afluente de rio federal, o parecer técnico para a autorização será realizado mediante articulação da SERLA com o órgão afim.

Art. 40º - Procedimentos complementares para outorga de direito de uso dos recursos hídricos poderão ser estabelecidos para atividades que tenham peculiaridades e características especiais, desde que estejam em consonância com o disposto nesta Portaria.

Art. 41º - Ficam convalidadas as outorgas de direito de uso dos recursos hídricos, publicadas no Diário Oficial do Estado anteriores à publicação desta Portaria, observados os prazos de validade estabelecidos nos respectivos atos de outorga e desde que atendidas as exigências da legislação em vigor.

Art. 42º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial, a Portaria nº. 307/2002.

MARILENE RAMOS  
Presidente